

19 de agosto de 2026
Ano XIX - Nº 1.825 - R\$ 0,50

Recém-nascida de apenas três dias é encontrada abandonada em terreno baldio em Araruama

Uma bebê recém-nascida, com apenas três dias de vida, foi resgatada, na tarde do último domingo (16), após ser encontrada abandonada em um terreno baldio no bairro Praia do Hospício, em Araruama.

Pág 02

Rio poderá ter programa de combate ao etarismo

O Rio de Janeiro poderá criar o Programa de Combate ao Etarismo, voltado a combater o preconceito e a discriminação por idade. O projeto foi aprovado em primeira discussão pela Alerj...

Pág 02

São Pedro da Aldeia realiza 4ª Caminhada pelo Fim da Violência contra a Mulher

A Prefeitura de São Pedro da Aldeia, por meio da Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos, realiza, no sábado (22/08), a 4ª Caminhada pelo Fim da Violência contra a Mulher. A concentração será às 8h...

Pág 10

Macaé divulga 1.226 oportunidades de emprego

A Prefeitura de Macaé, por meio da Secretaria Municipal de Trabalho e Renda, divulga, esta semana, 1.226 oportunidades de emprego em diferentes áreas de atuação. As vagas contemplam profissionais com níveis de escolaridade...

Pág 02

Semana Regenerativa 2026 em Praia Seca consolida dados e apresenta Relatório de Impacto Ambiental



Recém-nascida de apenas três dias é encontrada abandonada em terreno baldio em Araruama

Uma bebê recém-nascida, com apenas três dias de vida, foi resgatada, na tarde do último domingo (16), após ser encontrada abandonada em um terreno baldio no bairro Praia do Hospício, em Araruama. O caso mobilizou moradores e equipes de saúde da região.

A criança foi localizada por uma moradora da localidade, que passava pelo trecho e ouviu o choro da bebê vindo de uma área de vegetação densa. Ao se aproximar para verificar a origem do som, a testemunha encontrou a menina e acionou imediatamente o socorro médico.

A recém-nascida

recebeu os primeiros atendimentos na Unidade de Pronto Atendimento (UPA) de Araruama, onde passou por avaliações iniciais para a estabilização de seu quadro clínico. Após os procedimentos de urgência, ela foi transferida para o hospital municipal, onde segue sob observação e cuidados da equipe médica.

O caso foi encaminhado para as autoridades competentes e o Conselho Tutelar foi acionado para acompanhar a situação da criança e dar início aos trâmites legais de proteção. A polícia civil deve investigar as circunstâncias do abandono para identificar os responsáveis.

Coleta seletiva recolhe aproximadamente 700 quilos de recicláveis em uma semana em Cabo Frio

A coleta seletiva da Comsercaf, em Cabo Frio, recolheu 691,8 quilos de materiais recicláveis na primeira semana de operação integrada. O volume reúne materiais recebidos pelo Ponto de Entrega Voluntária (PEV), pelas papeleiras instaladas em espaços públicos e pela coleta porta a porta no Portinho.

O bairro é o piloto da coleta porta a porta. Para participar, os moradores devem separar os materiais recicláveis, colocar em um saco azul e deixá-lo na porta de casa, em local visível, no dia previsto para a coleta. A identificação facilita o trabalho das equipes e ajuda a diferenciar os recicláveis do lixo comum.

Uma das novidades do projeto são as papeleiras para recicláveis, estruturas coloridas instaladas recentemente em espaços públicos para facilitar o descarte separado dos materiais. Nove pontos já receberam os equipamentos, de um total de 15 previstos.

As papeleiras estão instala-

das na Praça Tiradentes, Terminal de Ônibus de Turismo, Canto do Forte, Praça Porto Rocha, Orla do Però, Ilha do Japonês, Praça do Guta, sede da Comsercaf e Terminal de Transatlânticos.

Pela manhã, as equipes fazem a retirada dos materiais depositados nas papeleiras e levam os recicláveis para o PEV. À tarde, é realizada a coleta porta a porta no Portinho. Os materiais recolhidos ficam armazenados no PEV até a retirada pela cooperativa, que acontece uma vez por semana.

Outra possibilidade é fazer a entrega voluntária diretamente no PEV da Comsercaf, localizado no Horto Municipal Antônio Ângelo, com entrada pela Rua Crisolito, nº 56, no Portinho. O espaço funciona de segunda a sexta-feira, das 8h às 17h, e aos sábados, das 8h às 12h.

Cronograma da coleta porta a porta

- Segunda-feira – Setor A
- Rua Mandacaru, Rua

Jequitibá, Rua Pitanga, Rua Bromélias, Rua Aguapé, Rua Juçara, Rua Canelinha, Rua Araçá e Rua Saputi.

• Terça-feira – Setor B

- Rua Orquídeas, Rua Saputi, Rua Cupuaçu, Rua Jabuticaba, Rua Bajurú, Rua Gaivota, Rua Mandevile e Avenida Quatro Estações.

• Quarta-feira – Setor C

- Rua Alice Torres, Rua Berilo, Travessa Berilo, Rua Coronel Ferreira, Rua Diamante, Rua Cristal, Rua Brilhante, Rua Silex, Rua Ônix, Rua Granito e Avenida Henrique Terra.

• Quinta-feira – Setor D

- Rua Crisolito, Rua Turmalina, Rua Ágata, Rua Rosalina Terra, Rua Jediel Duarte de Azevedo, Rua Maria Rita Novelino e Rua Ózimo Gonçalves.

• Sexta-feira – Setor E

- Rua Condessa Almeida Santos, Rua Pedro Valentim, Avenida Henrique Terra, Travessa Vereador Carriço e Rua Vereador Carriço.

Macaé divulga 1.226 oportunidades de emprego

A Prefeitura de Macaé, por meio da Secretaria Municipal de Trabalho e Renda, divulga, esta semana, 1.226 oportunidades de emprego em diferentes áreas de atuação. As vagas contemplam profissionais com níveis de escolaridade que vão do Ensino Fundamental ao Ensino Superior.

Entre as funções com vagas disponíveis estão auxiliar de serviços gerais, camareira, auxiliar de cozinha, chefe de cozinha, cozinheiro, garçom, motorista, mecânico, eletricista, técnico de enfermagem, técnico de segurança do trabalho, vendedor, consultor

de vendas, atendente, operador de caixa, costureira, pintor, soldador, entre diversas outras.

Outras oportunidades são 100 vagas para auxiliar de serviços gerais, 70 para camareira, 35 para servente, 30 para auxiliar de cozinha, 30 para vendedor e 25 para fonoaudiólogo com atendimento clínico. Também há oportunidades nas áreas administrativa, comercial, de serviços, hotelaria, alimentação, indústria, construção civil, logística e setor de petróleo e gás.

Os interessados devem procurar a Secretaria Municipal

de Trabalho e Renda para realizar cadastro e encaminhamento às vagas disponíveis. É importante manter os dados atualizados para aumentar as chances de inserção no mercado de trabalho. A Secretaria também disponibiliza link específico onde é possível preencher o cadastro de forma online.

O endereço é Edifício Comercial Lótus, na Avenida Nossa Senhora da Glória, 1181, Praia Campista, das 8h às 17h. Caso não encontre uma vaga que se encaixe no perfil desejado, é possível fazer um cadastro de forma online.

Rio poderá ter programa de combate ao etarismo

O Rio de Janeiro poderá criar o Programa de Combate ao Etarismo, voltado a combater o preconceito e a discriminação por idade. O projeto foi aprovado em primeira discussão pela Alerj e ainda precisa passar por uma segunda votação.

Para participar, os municípios deverão apresentar planos de ação envolvendo áreas como educação, transporte, moradia, emprego, saúde, cultura, inclusão social e participação comunitária. As cidades que adotarem as medidas poderão

receber o título de “Cidade Livre de Etarismo”.

O Governo do Estado também deverá elaborar um Plano Estadual de Combate ao Etarismo, com estudos e ações para prevenir e enfrentar esse tipo de discriminação.

ANUNCIE AQUI

LOGUS AMBIENTAL LTDA-ME

CNPJ: 07.766.805/0001-90

Site: www.logusnoticias.com.br

E-mail: logusnoticias@hotmail.com

Av. Edgar Gismonti, nº 90, Centro, Carmo-RJ

Cep: 28640-000

Tel: (22) 99251-8728

(Ligações e Whatsapp)

Circulação: Interior do Estado do Rio de Janeiro

Jornalista Responsável

André Salles - MTB 0036747/RJ

A direção do Jornal Logus não endossa, necessariamente, as opiniões emitidas em artigos ou matérias assinadas por seus colaboradores

Tiragem: 5.000 exemplares



Município de Araruama

Poder Executivo



Ata nº 011/2026 Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social de Araruama – COMASO realizada em 11 de agosto de 2026.

Aos 11 (onze) dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e seis, às 10h (dez horas), na sede da Secretaria Municipal de Políticas Sociais – SEPOL, situada na Rua Joaquim Andrade, nº 40, Centro, Araruama/RJ, realizou-se a **Reunião Extraordinária do Conselho Municipal de Assistência Social de Araruama – COMASO**. Estiveram presentes: a senhora Cândida Maria Pereira do Carmo representando a Associação Pestalozzi de Araruama e presidente deste conselho, a senhora Márcia Therezinha Rangel representando a Secretaria de Políticas Sociais – SEPOL; o senhor João Carlos Bezerra Barboza, Secretário Executivo deste Conselho; a senhora Fernanda Carvalho representante da Secretaria Municipal de Administração – SEADM; a senhora Eliane Martello Amaral representando o Lar São Francisco de Assis; a senhora Flávia Carvalho representando a Associação São Benedito, o senhor João Pedro Balbino representando a Secretaria Municipal de Saúde de Araruama – Núcleo de Atendimento à Saúde Integral da População LGBT, a senhora Dayanne Abrantes representando a Secretaria Municipal de Educação – SEDUC, a senhora Rosana Gondim Pereira Coordenadora da Proteção Social Especial e o senhor Natalício Ferreira representando a sociedade civil. Verificado o quórum regimental, o senhor João Carlos Bezerra Barboza solicitou autorização aos presentes para a gravação da sessão, tendo sido a solicitação acolhida. Em seguida, apresentou a pauta do dia: I – Prestação de Contas dos recursos de fomento; II – Indicação de membros para composição da Comissão Municipal de Promoção e Defesa dos Direitos da População LGBTI+; e III – Assuntos Gerais. I – PRESTAÇÃO DE CONTAS DOS RECURSOS DE FOMENTO. Iniciando os trabalhos, o senhor João Carlos Bezerra Barboza informou que seriam apresentadas para apreciação do Conselho as prestações de contas referentes aos recursos de fomento, relativas aos meses de junho e julho de 2026, envolvendo as entidades Associação Pestalozzi de Araruama, Lar Fabiano de Cristo e Projeto Cana Viva. Solicitou o apoio das representantes presentes, especialmente das áreas técnicas e administrativas, para a análise da documentação apresentada. Foi informado que havia prestação de contas da Associação Pestalozzi de Araruama e do Projeto Cana Viva referente ao mês de junho, bem como prestações de contas do Lar Fabiano de Cristo referentes aos meses de junho e julho. As documentações foram apresentadas ao Conselho para análise e acompanhamento, ressaltando-se a importância da conferência dos documentos e das respectivas assinaturas, conforme os procedimentos administrativos pertinentes. II – INDICAÇÃO DE MEMBROS PARA COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO MUNICIPAL DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DA POPULAÇÃO LGBTI+. Dando prosseguimento à pauta, o senhor João Carlos Bezerra Barboza informou aos presentes acerca do ofício encaminhado pela Terceira Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva, referente à necessidade de criação e composição da Comissão Municipal de Promoção e Defesa dos Direitos da População LGBTI+, destacando que o Conselho Municipal de Assistência Social deveria indicar representantes, titular e suplente, para integrar a referida Comissão. Na oportunidade, passou a palavra ao senhor João Pedro Balbino, psicólogo e representante da Secretaria Municipal de Saúde, que realizou uma explanação acerca do trabalho desenvolvido pelo Transviver – Núcleo de Atendimento à Saúde Integral da População LGBT, destacando sua atuação no atendi-

to multiprofissional e na construção de uma política pública municipal voltada à promoção da saúde e à garantia de direitos da população LGBTI+. O senhor João Pedro Balbino informou que o serviço iniciou suas atividades no final do ano de 2025, passando a ter efetiva adesão da população a partir de março de 2026, contando atualmente com aproximadamente 175 (cento e setenta e cinco) pessoas ativas. Explicou que o atendimento é realizado por equipe multiprofissional, envolvendo áreas como psicologia, ciências sociais, endocrinologia, enfermagem e nutrição, além da articulação com os demais serviços da rede municipal. Destacou, ainda, a importância do trabalho intersetorial, considerando que as vulnerabilidades enfrentadas pela população LGBTI+ ultrapassam a área da saúde e envolvem questões relacionadas à assistência social, moradia, trabalho, educação, documentação, entre outras. Ressaltou a necessidade de fortalecimento da rede de atendimento e da capacitação permanente dos servidores públicos, a fim de evitar situações de constrangimento, discriminação ou criação de barreiras de acesso aos serviços públicos. Foi também discutida a dificuldade de identificação dessa população nos instrumentos de diagnóstico e nos sistemas municipais, inclusive no Cadastro Único, tendo sido relatada a necessidade de qualificação dos profissionais responsáveis pela realização das entrevistas e coleta de informações, de modo que as perguntas relativas à identidade de gênero e orientação sexual sejam realizadas de maneira adequada, respeitosa e humanizada. O senhor João Pedro Balbino destacou que o trabalho desenvolvido pelo Transviver está inserido no contexto da Política Nacional de Saúde Integral da População LGBT e do Processo Transsexualizador, ressaltando a importância da articulação entre as políticas públicas municipais para garantir atendimento integral e adequado às diferentes demandas apresentadas pela população. Durante a discussão, foram apresentados exemplos de situações relacionadas à empregabilidade, saúde, gestação, documentação civil, envelhecimento, juventude e acesso aos serviços públicos, demonstrando a necessidade de uma atuação articulada entre saúde, assistência social, educação e demais áreas da Administração Pública. A senhora Rosana Gondim Pereira complementou as informações, relatando que, em reunião realizada com a Terceira Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva, foi reforçada a necessidade de participação dos Conselhos Municipais nas comissões destinadas à formulação, acompanhamento e fortalecimento das políticas públicas voltadas às populações em situação de vulnerabilidade. Informou, ainda, que a Promotoria havia solicitado ações de capacitação da rede municipal e de divulgação dos serviços destinados à população LGBTI+. Após os esclarecimentos, o senhor João Carlos Bezerra Barboza consultou os presentes acerca da indicação de representantes do COMASO para integrar a Comissão. Foi manifestado interesse da senhora Eliane Martello Amaral, representante da sociedade civil, em participar como representante titular, tendo a senhora Fernanda Carvalho se colocado à disposição para atuar como suplente. Dessa forma, ficaram indicadas, para posterior formalização, a senhora Eliane Martello Amaral, como representante titular, e a senhora Fernanda Carvalho, como representante suplente do COMASO na Comissão Municipal de Promoção e Defesa dos Direitos da População LGBTI+. Durante a discussão, os presentes também ressaltaram a importância da utilização do nome social nos equipamentos e serviços públicos municipais, bem como da capacitação dos profissionais para o correto acolhimento e atendimento da população LGBTI+, destacando-se que a garantia do respeito à identidade de gênero constitui

medida fundamental para assegurar o acesso aos direitos e às políticas públicas. O senhor João Carlos Bezerra Barboza agradeceu a participação do senhor João Pedro Balbino, destacando a relevância da explanação realizada e a importância da participação do COMASO na construção intersetorial das políticas públicas. III – ASSUNTOS GERAIS Na sequência, a senhora Rosana Gondim Pereira solicitou a palavra para apresentar ao Conselho informações acerca da necessidade de criação da Comissão Municipal de Promoção e Garantia dos Direitos da População em Situação de Rua, esclarecendo que a matéria, embora não constasse originalmente da pauta, encontrava-se diretamente relacionada às demandas apresentadas pela Proteção Social Especial e às determinações da Promotoria de Justiça. Não havendo oposição dos presentes, o tema foi incluído para discussão. A senhora Rosana Gondim Pereira informou que a criação da referida Comissão constitui uma demanda que vem sendo acompanhada há meses e que tem como objetivo discutir e propor políticas públicas voltadas à população em situação de rua, especialmente no que se refere à abordagem social, garantia de direitos, articulação da rede, acolhimento e estabelecimento de normativas municipais. Ressaltou que as abordagens realizadas junto à população em situação de rua devem ocorrer de maneira não coercitiva, não discriminatória e não julgadora, devendo ser devidamente registradas, acompanhadas e encaminhadas aos órgãos competentes quando necessário. Informou, ainda, que está sendo elaborada a minuta necessária à constituição da Comissão e que, após as indicações dos representantes, deverá ser realizada a convocação para a primeira reunião, ocasião em que deverão ser discutidas as normas de funcionamento e o respectivo regimento, posteriormente encaminhado para apreciação e aprovação. Durante a discussão, foi abordada a situação da Morada do Recomeço, especialmente quanto às providências necessárias para ampliação de sua capacidade de atendimento. A senhora Rosana Gondim Pereira informou que já foram providenciados diversos materiais, incluindo camas, cobertores, travesseiros e colchões, além da disponibilização de cuidadora e previsão de agentes de segurança, estando ainda pendentes algumas obras e providências necessárias para o pleno funcionamento do equipamento. Foi informado que a unidade possui capacidade ampliada para aproximadamente 46 (quarenta e seis) pessoas, embora naquele momento estivesse acolhendo aproximadamente 12 (doze) a 13 (treze) pessoas, sendo necessária a adoção de medidas de segurança, organização e estruturação da equipe antes da ampliação das vagas. Os conselheiros discutiram também a necessidade de um coordenador exclusivo para o Centro POP, considerando a complexidade do equipamento e a impossibilidade de uma única pessoa acumular a coordenação de diferentes serviços de elevada demanda. A senhora Rosana Gondim Pereira informou que a indicação de um coordenador exclusivo vem sendo discutida junto à gestão municipal e que pretende reforçar essa solicitação. Também foi discutida a necessidade de fortalecimento das ações de saúde mental, redução de danos, assistência social e segurança pública, considerando as diferentes situações encontradas entre as pessoas em situação de rua. A senhora Rosana Gondim Pereira informou que o grupo de redução de danos, em articulação com a área de saúde mental, havia retomado suas atividades, constituindo importante instrumento para avaliação das condições dos usuários e para definição dos encaminhamentos e possibilidades de acolhimento. Os presentes também discutiram a necessidade de articulação com entidades religiosas, organizações da sociedade civil e demais instituições que realizam



Município de Araruama

Poder Executivo



Continuação Pág. 3 - Ata nº 011/2026

doações de alimentos à população em situação de rua, ressaltando-se a importância de estabelecer mecanismos de organização e articulação dessas ações com a rede municipal, de modo a evitar sobreposição de iniciativas e garantir que os atendimentos estejam alinhados às políticas públicas e às necessidades efetivamente identificadas. A senhora Cândida Maria Pereira do Carmo manifestou interesse em participar da Comissão Municipal de Promoção e Garantia dos Direitos da População em Situação de Rua, juntamente com o senhor Daniel Vellasco, tendo as indicações sido acolhidas para posterior formalização. Na oportunidade, os presentes destacaram que o COMASO já realiza acompanhamento e fiscalização dos equipamentos da política de assistência social, incluindo visitas e verificações relacionadas aos serviços de acolhimento, ressaltando a importância de que a nova Comissão atue de forma articulada com o Conselho e com os demais órgãos da rede. A senhora Rosana Gondim Pereira informou que, além das comissões relacionadas à população LGBTI+ e à população em situação de rua, existem outras

demandas institucionais em andamento, incluindo a estruturação da Comissão do Sistema Municipal de Atendimento Socioeducativo – SIMASE e questões relacionadas às políticas de atendimento a crianças e adolescentes em situação de violência. Ao final, informou que dará continuidade à elaboração das minutas, convocações e demais providências necessárias à formalização das Comissões, inclusive com os encaminhamentos junto à Procuradoria-Geral do Município – PROGE, quando cabível.

O senhor João Carlos Bezerra Barboza agradeceu as contribuições apresentadas e ressaltou a importância da participação do COMASO nos espaços de discussão e formulação das políticas públicas relacionadas às populações em situação de vulnerabilidade. Nada mais havendo a tratar, a senhora Cândida Maria Pereira do Carmo agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a reunião. Para constar, eu, João Carlos Bezerra Barboza, Secretário Executivo do Conselho Municipal de Assistência Social de Araruama – COMASO, lavrei a presente ata que, após lida e aprovada, será assinada pelos presentes. Nada

mais havendo a tratar, a senhora Cândida Maria Pereira agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião. Para constar, eu, João Carlos Bezerra Barboza, Secretário Executivo, lavrei a presente ata, que, após lida e aprovada, será assinada e publicada.

Araruama, 11 de agosto de 2026.


CÂNDIDA MARIA DO CARMO
Presidente do Conselho


JOÃO CARLOS BARBOZA
Secretário Executivo - COMASO

TERMO DE ADITAMENTO Nº03/2026 AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº028/SESAU/2023, NA FORMA ABAIXO:

Pelo presente instrumento particular, de um lado o **MUNICÍPIO DE ARARUAMA**, Estado do Rio de Janeiro, pessoa jurídica de direito público interno, nos termos do Decreto Municipal nº 51 de 07/04/2025, por intermédio do Fundo Municipal de Saúde de Araruama, inscrito no CNPJ sob o nº11.885.839/0001-70, com sede na Av. Getúlio Vargas, s/nº, Centro, Araruama/RJ, CEP: 28.979-129, pelo Secretário Municipal de Saúde, Sr. Mario Jorge Lima Espinhara, Matrícula Funcional nº 1196570, residente e domiciliado nesta Cidade, como **CONTRATANTE**, e de outro lado, a sociedade empresária **CONTA PÚBLICA SOLUÇÕES E ASSESSORIA CONTÁBIL LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 40.061.977/0001-33, com sede estabelecida à Rua Thomaz Teixeira dos Santos, nº 98, sala 411, Cidade Nova, Itaperuna/RJ, CEP: 28.300-000, endereço eletrônico: contasolucoes@contasolucoes.com.br, neste ato por seu representante legal, Sr. Pierre de Faria Felipe, por si ou por seu procurador com poderes expressos para este mister, doravante denominada **CONTRATADA**, por conta do exposto nos autos do Processo Administrativo nº 2.577/2023, resolvem na melhor forma de direito, **ADITAR o Contrato de Prestação de Serviços nº028/SESAU/2023**, cujo objeto é a "contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de consultoria contábil, financeira e patrimonial para atender o Fundo Municipal de Saúde de Araruama/RJ, pelo período de 12 meses", passando a constar as seguintes alterações:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DA PRORROGAÇÃO DE PRAZO

1.1. Considerando a justificativa apresentada nos autos do processo administrativo nº 2.577/2023, com fundamento no art. 57, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/1993, e suas alterações posteriores, fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato de Prestação de Serviços nº028/SESAU/2023, por novo período de 12 (doze) meses, a contar de 19 de agosto de 2026 e a terminar em 19 de agosto de 2027, haja vista que a não renovação comprometeria a execução dos serviços prestados por esta municipalidade, aliando-se

ao fato de tratar-se de serviços de natureza contínua, sem condições de interrupção.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO REAJUSTE

2.1. O presente Aditivo tem por objeto a alteração contratual, almejando também o reajuste correspondente a 4,641330% do valor do respectivo contrato, com base no índice do IPCA conforme previsão no contrato originário.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR A VIGORAR NO NOVO PERÍODO E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

3.1. Para o novo período em que trata a Cláusula Primeira, o valor estimado corresponde a R\$132.184,48 (cento e trinta e dois mil cento e oitenta e quatro reais e quarenta e oito centavos).

3.2. Para o exercício financeiro de 2026, os recursos orçamentários e financeiros para a liquidação do presente objeto estão alocados à conta das seguintes dotações: PT10.122.0046.2.030, ED 339035000000 e 339035000200, Fonte de Recursos nº 1635, Empenho nº401/2026, no valor de R\$ 55.076,85 (cinquenta e cinco mil setenta e seis reais e oitenta e cinco centavos).

3.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA QUARTA – DA CLÁUSULA RESOLUTIVA

4.1. O presente Termo Aditivo poderá ser rescindido antecipadamente, de pleno direito, independentemente de notificação judicial ou extrajudicial, na hipótese de superveniência de fato administrativo ou legal que inviabilize a sua continuidade, bem como por interesse público devidamente justificado, assegurado o contraditório e a ampla defesa, nos termos da legislação aplicável.

CLÁUSULA QUINTA - DAS DEMAIS CLÁUSULAS CONTRATUAIS

5.1. Com exceção das alterações introduzidas por este Termo, ficam ratificadas todas as demais cláusulas e condições do contrato ora aditado, do qual o presente aditamento passa a fazer parte integrante para todos os efeitos de direito.

CLÁUSULA SEXTA - DOS EFEITOS DO PRESENTE ADITAMENTO

6.1. O contratante se obriga a providenciar a publicação do extrato deste instrumento contratual, dentro do prazo especificado na legislação vigente, ficando condicionada a eficácia do Contrato à respectiva publicação.

E, por estarem justos, contratados e devidamente aditados, firmam o presente instrumento em 05 (cinco) vias de igual teor e forma.

Araruama, 17 de agosto de 2026.

MUNICÍPIO DE ARARUAMA
Mario Jorge Lima Espinhara
Secretário Municipal de Saúde

CONTA PÚBLICA SOLUÇÕES E ASSESSORIA CONTÁBIL LTDA
Pierre de Faria Felipe
Representante Legal

Testemunhas:

Nome:
CPF:

Nome:
CPF:



Município de Araruama

Poder Executivo



DECRETO Nº. 96
DE 3 DE AGOSTO DE 2026

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL INTERSETORIAL DE DEFESA CIVIL – COMDEC, INSTITUÍDO PELA LEI MUNICIPAL Nº 2.734/2025, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A **Prefeita Municipal de Araruama**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei Municipal nº 2.734/2025, que criou o Conselho Municipal Intersectorial de Defesa Civil – COMDEC.

Considerando o Memorando nº 168/2026 da Secretaria Municipal de Segurança, Ordem Pública e Defesa Civil.

RESOLVE:

Art. 1º **Revogar o Decreto nº 75** de 30 de junho de 2026, em face da substituição dos conselheiros representantes da Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo e da Secretaria Municipal de Segurança, Ordem Pública e Defesa Civil.

Art. 2º **Nomear os membros titulares e suplentes** abaixo relacionados para comporem o **Conselho Municipal de Defesa Civil – COMDEC**, para o mandato de 02 (dois) anos, permitida a recondução, conforme a legislação vigente:

I – REPRESENTANTES DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL

Gabinete da Prefeita

Titular: Kalimeire Camilo Lanes

Suplente: Cristiane Meireles Lopes

Secretaria Municipal de Segurança, Ordem Pública e Defesa Civil;

Titular: Pedro Ivo dos Santos Soares

Suplente: Sheila da Silva Mendes

Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo

Titular: Sérgio Luis Dias Ribeiro

Suplente: Luiz Fernando Marinho dos Santos

Secretaria Municipal de Saúde

Titular: Jair Marins Cavalcante Melo

Suplente: Rodolfo Luiz da Silva Paraguai

Secretaria Municipal de Política Social, Trabalho, Habitação e Terceira Idade

Titular: Márcia Terezinha Rangel Lima

Suplente: Ingrid Augusto dos Santos

Secretaria Municipal de Meio Ambiente

Titular: Alexandre Tadeu Nunes Correia

Suplente: Ana Luiza Assaf Guimarães Ferraz

Secretaria Municipal de Educação

Titular: Almir Rogério Ferreira

Suplente: Jhonatan de Souza Muniz

Secretaria Municipal de Serviços Públicos

Titular: João Carlos Vicente Jardim

Suplente: Crenilton dos Santos Figueiredo

II – REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL

Entidades Religiosas

Titular: Devanil Antunes da Silva

Suplente: Gelcimar da Silva Marinho

Organizações Não Governamentais

Titular: Suely de Souza Lima

Suplente: David Borges de Pinho Neto

Sindicato Rural e Urbano

Titular: Rejane de Oliveira

Suplente: Marli Alves da Cunha

Associação de Moradores

Titular: Damião Santos

Suplente: Valdelicio Divino

Instituição de Ensino Superior

Titular: Juliana Porto Setubal

Suplente: Raynne Prazeres

Entidades Assistenciais

Titular: Moises Silvestre Costa

Suplente: Andre Domingues Vieira

Grupamento do Corpo de Bombeiro

Titular: Igor Tardin B. Souto

Suplente: Fabio Dinato da Silva

Art. 3º O exercício das funções de membro do Conselho Municipal de Defesa Civil será considerado serviço público relevante e não será remunerado.

Art. 4º O Conselho Municipal de Defesa Civil exercerá suas competências conforme disposto na legislação municipal pertinente e demais normas aplicáveis ao Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil – SINPDEC.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua

publicação, restando convalidado os atos anteriores.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.
Gabinete da Prefeita, 3 de agosto de 2026.

Daniela C. A. Soares
Prefeita

ATA DA REUNIÃO PLENÁRIA
DE 12 DE JUNHO DE 2026.

Ao **décimo segundo dia do mês de junho de dois mil e vinte e seis**, reuniram-se na sede da Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Araruama, à Avenida Estados Unidos s/n.º, Parque Hotel, conforme Edital de Convocação de vinte e sete de maio de dois mil e vinte e seis, os seguintes participantes: Alexandre Tadeu Nunes Corrêa, secretário executivo do Conselho; Carlos André Luz Jeronymo, Auditor Fiscal Ambiental da Secretaria de Meio Ambiente; Carlos Alberto Siqueira da Silva Filho, Secretário de Meio Ambiente. Paulo Renato Lins Vilassa, vice presidente do Conselho; Thais Pixinine Coelho, Chefe de Divisão de Unidades de Conservação da Secretaria de Meio Ambiente; Vinícius Ramos Moraes, representante da Secretaria de Agricultura, Abastecimento, Pesca e Proteção Animal; Higor Franceschi Mota, representante da Secretaria de Educação; Rafael Silva dos Reis da Secretaria de Fazenda/ Planejamento; Vera Pereira Mello Fiore, representante, Adriano Basto Antunes, Kelly Moreira da Silva e Sandra Albuquerque, da Associação Raízes; Fillipe dos Santos Silva Gonçalves, representante da Associação dos Contabilistas de Araruama. João Carlos Vicente, da Secretaria de Serviços Públicos participou on-line pelo aplicativo MEET; Representantes do Instituto BW não conseguiram acessar o Link. Justificaram ausência os representantes da Secretaria de Obras e da Concessionária Águas de Juturnaíba. Às nove horas e cinquenta e dois minutos, o senhor Carlos Siqueira, após a verificação e constatação de quórum regimental, abriu a reunião do Conselho, cumpriu os presentes e submeteu ao grupo a ata da última reunião, a qual foi aprovada por unanimidade. Dando continuidade, apresentou a pauta do dia: discussão, análise e votação da ordem do dia. Em seguida, passou a palavra ao senhor Carlos Jeronymo, que discorreu sobre os Grupos de Trabalho, referindo-se especificamente ao Grupo de Trabalho do Plano Municipal de Preservação e Conservação da Mata Atlântica e ao do Plano de Ação Climática. Explicou que os membros de Grupos de Trabalho (GTs) decidem o local e a dinâmica das reuniões, bem como elegem o relator e o secretário. Esclareceu que a SEMAM assume a parte de apoio técnico e logístico ao funcionamento do GT. Destacou que os referidos GTs devem acompanhar os trabalhos correlatos a seus temas como estudos, oficinas e audiências públicas. Também devem avaliar a proposta de execução dos estudos e demais trabalhos técnicos propostos pela Secretaria, justificando caso a decisão seja a contratação de empresa especializada por meio de processo licitatório. Os GTs têm como função acompanhar os trabalhos e analisar os produtos com a emissão de um parecer que deve ser submetido à plenária para análise e deliberação. Tal medida visa garantir o referenciamento adequado do produto e evitar a entrega de materiais inadequados, considerando que a matéria envolve restrições e regras limitadoras de uso dos recursos naturais, devendo-se evitar conflitos desnecessários e adotar todos os cuidados



Município de Araruama

Poder Executivo



Continuação Pág. 5 - ATA DA REUNIÃO PLENÁRIA DE 12 DE JUNHO DE 2026.

para atender à legislação vigente. A motivação é evitar apresentações e discussões prolongadas na plenária que deverá se concentrar em deliberar as questões analisadas pelos GTs. Também explicitou que alguns GTs poderão tornar-se permanentes caso tratem de demandas contínuas, na forma de Câmaras Técnicas, em de demandas contínuas. A palavra foi concedida à senhora Thais Pixinine, que informou que o Grupo de Ações Climáticas foi dividido em duas frentes: o Grupo Intersetorial, voltado para as secretarias municipais, e o Fórum, que contará com a participação da sociedade civil e deste Conselho. Ressaltou que, inicialmente, será realizado um trabalho de coleta de dados no Município para posterior formalização ao Fórum. Informou que o município de Araruama está na fase de mobilização, com o envio de memorandos às secretarias municipais para a solicitação de um representante de cada pasta. Adicionalmente, deverá ser enviado ao Conselho um formulário contendo a visão pessoal dos membros sobre a questão climática, permitindo o ingresso na fase de diagnóstico antes do contato com a sociedade civil. A senhora Thais Pixinine tratou também sobre a adesão ao Mosaico das Unidades de Conservação, definindo-o como um instrumento de gestão integrada das unidades protegidas de uma região, cujo objetivo é somar forças e angariar recursos para alinhar a conservação da biodiversidade ao desenvolvimento sustentável regional. Informou que a Reserva Extrativista de Arraial do Cabo convocou os municípios da Região dos Lagos para a formação do Mosaico, que já conta com vinte e oito Unidades de Conservação aderidas ao processo, abrangendo Áreas de Proteção Ambiental, parques, reservas biológicas, reservas extrativistas e o mosaico natural. mencionou que foram estabelecidos contatos com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária e com a Fundação Cultural Palmares para o mapeamento dos territórios quilombolas da região, visando ao alinhamento e à adesão. Ressaltou que o Mosaico necessita do apoio do Conselho e será aberto à sociedade civil, com preferência para os residentes no entorno das Unidades de Conservação. Informou que será realizada uma reunião inicial para apresentar a proposta do Mosaico e que as reuniões subsequentes deverão ocorrer no município de Arraial do Cabo. O senhor Carlos Jeronymo solicitou a palavra e realizou uma explanação sobre o funcionamento das Unidades de Conservação da Natureza (UCs). Relatou que, inicialmente, havia a visão de UCs isoladas como ilhas com objetivo de preservar de forma prístina a natureza. Contudo, o conceito evoluiu para critérios de ecologia da paisagem e de conexões inter e transescalares (*explicando os conceitos) das UC e outras áreas protegidas, inclusive daquelas não sobrepostas ou adjacentes. Que recentemente utiliza-se muito os conceitos de corredores ecológicos e de stepping stones, termo em inglês que significa pedras de passagem, que fundamenta a conectividade

ecológica de fragmentos de ecossistemas em uma paisagem alterada pelo homem que funcionam como pontos de conexão que facilitam a troca genética da biodiversidade ou funcionam como abrigos temporários. Com isto, as UCs e outras áreas protegidas ajudam animais e plantas a se deslocarem com segurança entre os fragmentos de áreas protegidas. Neste contexto, surgiu a concepção de mosaicos para otimizar a gestão entre as UCs e que no caso das sobrepostas a regra mais restritiva deve predominar. Salientou que o mosaico facilita o diálogo com os diferentes agentes e a captação de recursos. Informou que o ordenamento jurídico brasileiro prevê Áreas de Preservação Permanente (APPs), Faixas Marginais de Proteção (instituto exclusivo do Estado do Rio de Janeiro), Reserva Legal, Área Verde Urbana, Reserva Militar, Territórios Quilombolas, Áreas de Reforma Agrária e Terras Indígenas, sendo todas áreas protegidas lato senso e as UC as stricto sensu. Explicou que as Áreas Protegidas lato senso objetivam proteger a natureza de forma secundária e as stricto senso objetivam de forma primária. Explicou que a legislação brasileira originalmente visava proteger a vida humana e que inclusive as Áreas Protegidas se enquadram nesta visão. Citou, como exemplo, as APPs e a proibição de construções em margens de rios devido aos riscos de erosão e deslizamento. Destacou que como o Mosaico dialoga com todas as áreas protegidas, caso se optasse por incluir as UCs municipais de Araruama seria possível pensar a gestão da Área de Proteção Ambiental (APA) de Massambaba, a APA de Igarapiapinha, APA de Boa Vista e a APA do rio São João num contexto de paisagem e conectividade entre elas e as demais áreas protegidas da região. O senhor Carlos Jeronymo respondeu que uma UC conforme os acordos internacionais aos quais o Brasil é signatário não deve ser promotora de injustiça e racismo ambiental. Explicou os conceitos de vulnerabilidade social, econômica, socioeconômica e ambiental, injustiça ambiental e racismo ambiental, e que as UC devem atuar de forma a dirimir tais questões. Afirmou ainda que o mosaico fortalece a execução de projetos adequados a grupos diversos com diferentes capacidades. O senhor Fillipe Gonçalves ressaltou a importância do acesso e da formalização dos processos. O senhor Carlos Jeronymo complementou mencionando a possibilidade de utilização dos fundos existentes. A senhora Sandra Albuquerque perguntou sobre a definição do público-alvo dessas atividades. A senhora Thais Pixinine respondeu que, a partir da reunião inicial, serão identificados os atores interessados e o formato de participação do Conselho, que poderá ser itinerante, conforme o interesse de cada localidade. O senhor Carlos Jeronymo retornou ao assunto das Unidades de Conservação Municipais e mencionou a necessidade de indicação de, pelo menos, três pessoas para compor o grupo de trabalho, com o objetivo de acompanhar a elaboração dos Planos de Manejo e emi-

tir parecer para a Plenária. O senhor Fillipe Gonçalves sugeriu a divisão dos membros para evitar a concentração das mesmas pessoas em múltiplos grupos e evitar a sobrecarga de atribuições. Restou deliberado que a Secretaria já atua como representação institucional, e foram indicados os senhores Fillipe Gonçalves e Rafael Reis para o acompanhamento. Em seguida, o senhor Carlos Jeronymo relatou a dificuldade de atração de novas instituições para o Conselho e informou que estão sendo buscadas novas parcerias. No que se refere ao Fundo de Conservação Ambiental, o senhor Paulo Lins informou que disponibilizaria os arquivos atualizados para envio aos conselheiros. O senhor Fillipe Gonçalves questionou sobre o preenchimento dos cargos vagos no Conselho e, após os esclarecimentos prestados pelo senhor Carlos Jeronymo, a composição ficou assim definida: Presidente, o Secretário Municipal de Meio Ambiente; Vice-presidente, Fillipe Gonçalves; e Secretário-Geral, Higor Francheschi. A senhora Kelly Moreira solicitou a palavra e comunicou que a Associação Raízes passa por um processo de reestruturação, finalizando o Projeto NeaBC e estruturando o Planeja Mais, razão pela qual a instituição está evitando assumir assentos de deliberação no momento, devido à necessidade de alinhar o diálogo interno com os voluntários. O senhor Carlos Jeronymo esclareceu que, ocorrendo a mudança de representantes, a instituição deve encaminhar ofício formalizando a alteração, visto que a titularidade da vaga pertence à instituição e não aos membros físicos. Explicou, ainda, os procedimentos legais para a nova composição do Conselho de acordo com o trâmite em andamento, que abrange o envio do Gabinete para a Procuradoria Geral do Município, posterior remessa à Câmara Municipal para edição de Lei, seguida da publicação do decreto do regimento interno e do decreto de nomeação, ressaltando que, neste íterim, as nomeações podem sofrer alterações conforme a necessidade. O senhor Paulo Lins informou que, a título de medida compensatória, foi solicitada a aquisição de equipamentos para melhoria da infraestrutura de transmissão online das reuniões, conforme sondado pela senhora Mariana Burato em reunião anterior, sem precisar, contudo, a data de entrega dos materiais. Passou-se aos Assuntos Gerais. O senhor Carlos Jeronymo reforçou as tratativas em curso com outras instituições para compor o Conselho. Por fim, o senhor Fillipe Gonçalves colocou-se à disposição, por meio do Instituto Democratize, para auxiliar voluntariamente na tramitação de documentos e legalizações necessárias, com exceção das custas cartorárias, que correrão por conta do Conselho. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Paulo Lins encerrou a reunião às dez horas e cinquenta minutos, a qual eu, Alexandre Corrêa, Secretário do COMDEMA, lavrei a presente ata, que segue assinada por mim, pelo presidente da reunião e pelos demais presentes que o desejarem.

ATA CMS - REUNIAO ORDINARIA 30.06.2026

Ata da Reunião Ordinária do dia 30 de junho de 2026, às 17:30hs, realizada na sala do **Conselho Municipal de Saúde**, conforme Edital de Convocação. O Presidente do Conselho Municipal de Saúde, Sr. Pedro Reimburg, iniciou a reunião agradecendo a presença de todos em especial a presença dos visitantes Sra. Rosiele Vasconcelos - Sobara, Sr. Alexandre Silva - UNILAGOS, Sr. Luiz Roberto Carneiro - SOAPRAS, Sra. Mary Fradico,

Sra. Fabiana Caetano e Sr. Allan Nunes - Controladoria, Sr. Claudinei Conceição - Sobara, e Sra. Regina Helena Costa - Ouvidora Geral, e pediu autorização para gravar a reunião, que foi aceito por todos, após convidou a oficial administrativa Marcele Castro, para presidir os trabalhos, que iniciou com o Item 1 - Verificação de presença e existência de "quórum" qualificado para instalação do Colegiado Pleno, que contou com a presença de 17 (dezessete) conselheiros, conforme livro de assinatura da Reunião Ordinária fls. 103 e 104, sendo 8 (oito) conselheiros titulares: Sra. Cintia Cabral

Vargas, Sr. Antônio Jorge Cardoso, Sr. Manoel Jesus da Silva, Sr. Lucas Duarte Righi, Sr. Juarez Rodrigues, Sr. Pedro Reimburg, Sra. Erica Pires (on-line) e Sr. Luciano Bragança (on-line) e 09 (nove) suplentes: Sr. Renato Drummond, Sra. Ana Clara Viegas, Sr. Jhonata Pablo (online), Sra. Rosa Osório, Sr. David Borges, Sra. Roberta Borges, Sra. Mary Lane Madureira, Sr. Paulo Renato e Sr. Guilherme Alvarenga (on-line), tendo o número de conselheiros necessários, passa para o Item 2 - Leitura e aprovação de ata das reuniões ordinárias do dia 27 de abril de 2026 e do dia 26 de maio de 2026, o presidente



Município de Araruama

Poder Executivo



Continuação Pág. 6 - ATA CMS - REUNIAO ORDINARIA 30.06.2026

pergunta se todos receberam a ata e se havia alguma dúvida, não havendo questionamentos foi colocada em votação onde foi aprovada por todos, passando para o Item 3 – Despacho e Expediente, o presidente perguntou se todos receberam os ofícios e e-mail e se há alguma dúvida, o presidente do CMS, Sr. Pedro Reimburg faz um destaque para o ofício recebido 121/2026, respondido através do Ofício nº 175 / CMS-AR / 2026, destino GABIN SESAU, onde reafirma o compromisso do conselho com a transparência e qualidade do serviço prestado por esta secretaria e que realiza as fiscalizações em prol do bom funcionamento e atendimento do SUS. A Sra. Roberta Borges informa que o referido ofício foi em resposta ao Ofício nº 159 / CMS-AR / 2026, que solicita novo assessor contábil tendo em vista o desligamento do contador cedido ao CMS, e que a manifestação do gestor foi que não havia um contador para contratação mas disponibilizou o da Controladoria, que foi recusado pelo CMS por ser funcionário da prefeitura. Sem mais, passa para o Item 4 - Ordem do Dia: 4.1 - Informações sobre o edital nº 11/2026 do Ministério da Saúde – Adesão para fortalecimento, incentivo aos conselhos locais de saúde; O presidente do CMS inicia destacando a importância dos conselhos locais para haver uma maior participação da população, a conselheira Sra. Cintia Cabral sugere a formação de uma “Saúde Única”, onde haveria uma parceria com outras secretarias pensando no meio ambiente, agricultura, saúde animal, guarda dos animais silvestres, mobilidade urbana, etc., e formaria assim os conselhos locais, mas devido ao pouco tempo e ter uma rígida exigência documental e ser um projeto de vanguarda, deve ser analisado e trabalhado sem a pretensão deste custeio do governo federal. A conselheira Sra. Mary Lane sugere que a comissão executiva e os demais interessados desenvolvam uma proposta a

partir do que entende como conselho local e então seja levado a plenária, pois é um assunto muito complexo e tratar da descentralização do controle social. Em tempo, informa que está em fase de cadastramento da equipe do “Consultório de Rua”, programa que consta no plano de 2022-2025, voltou a colocar ele no plano de 2026-2029, pois agora existe o núcleo regional de tutela coletiva da defensoria pública dos casos do Rio de Janeiro, cobrando a implantação deste consultório e então é necessária a ciência do conselho e registro em ata. Seguindo a reunião passam para o item 4.2 – Formação da comissão de Revisão do Regimento Interno do CMS/AR; O presidente do CMS Sr. Pedro Reimburg informa a necessidade de alterações no Regimento Interno, conforme reunião com a comissão executiva onde será formada a comissão para revisão, composta por 04 (quatro) representantes sendo, 1 segmento prestador/gestor, 1 profissional de saúde e 2 usuários, após candidaturas e votações ficaram eleitos: Sra. Mary Lane Madureira, representante do segmento prestador/gestor; Sra. Érica Pires, representante do segmento profissional de saúde; Sr. Pedro Reimburg e Sra. Cintia Cabral Vargas, representantes do segmento usuário e, seguirá para elaboração de resolução. Item 5 - Assuntos Gerais, O presidente do CMS ressalta que existe um processo da CGU em que aguarda há muito tempo um parecer da gestão sobre procedimentos para descarte de medicamentos, e que a comissão executiva fará um parecer sem a informação da secretaria á (CGU). A Sra. Roberta Borges informa que solicitará aos setores responsáveis (farmácia e almoxarifado) que repassem a informação ao CMS. O presidente informa que chegaram 4 vans para transporte de pacientes, iniciativa do CMS, e que está prevista a chegada de 14 ambulâncias para o mês de julho, que atenderá primeiramente a Sobara e Praia Seca, destaca que todos os veículos são alugados

o que facilita a troca/reparo. O Sr. Claudinei Conceição, morador da Sobara, destaca a necessidade de uma ambulância reserva na região da Sobara, que devido as más condições da estrada, distância e falta de oferta de transporte público, a população fica com o atendimento à saúde prejudicado quando a ambulância local quebra. A Sra. Regina Helena Costa, ouvidora geral do município aproveita e informa que a partir de 01/07/2026, estará disponível o serviço de ouvidoria online, através do site da prefeitura (<https://araruama.rj.gov.br/ouvidoria2026>) onde poderá ser registrado reclamações, solicitações ou elogios e será respondido. O presidente do CMS aproveita para esclarecer que o Conselho já está verificando com os responsáveis da unidade, secretário, superintendente médico e demais responsáveis o que está levando ao número de óbitos de recém-nascidos nos meses de maio e junho. A conselheira Sra. Cíntia Cabral aproveita o espaço para relatar um ocorrido durante a missa na Igreja Matriz, onde um senhor pas-sou mal e foi socorrido pelo Dr. Fabio, médico do PSF da Sobara que participava da missa. Salienta que tal gesto de humanidade, carinho e dedicação a profissão de uma categoria tão pouco valorizada como o médico da Estratégia Saúde da família, merece ser valorizado e sugere uma moção ao Dr. Fábio, que é aceito imediatamente por todos os presentes. Nada mais a tratar, o Presidente do Conselho Municipal de Saúde agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a reunião as 19hs.

Pedro Reimburg
Presidente CMS/AR

Marcele da Silva Castro
Of. Administrativo

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Com fundamento na Lei Municipal nº 1.085, de 08 de junho de 2001, especialmente em seu art. 6º, inciso II, ficam os membros titulares e suplentes do Conselho Municipal de Saúde de Araruama - CMS/AR convocados para a Reunião Ordinária, a realizar-se no dia 31 de agosto de 2026, às 17h, em primeira convocação, e às 17h30, em segunda convocação, na Sala do Conselho Municipal de Saúde, para apreciação, discussão e deliberação da seguinte:

PAUTA

1. Verificação de presença dos membros e existência de quórum para instalação do Colegiado Pleno.
2. Leitura, discussão e aprovação da ata da reunião anterior.
3. Despachos e Expedientes

Apresentação de correspondências, ofícios, documentos recebidos e demais expedientes de interesse do Conselho Municipal de Saúde.
4. Ordem do dia

4.1 – Setor de Regulação – Marcação de Exames e Procedimentos

Apresentar a situação da marcação de exames e procedimentos pelo setor de Regulação, visando à adoção de medidas para melhorar o sistema de Regulação, agilizar a marcação de exames e procedimentos, reduzir filas e o tempo de espera dos usuários; aumentar a eficiência e a transparência do atendimento; acompanhar a demanda reprimida existente; e avaliar a implantação de painel digital de acompanhamento da demanda e dos atendimentos, possibilitando maior transparência das informações à população e ao Conselho Municipal de Saúde;

4.2 – Ampliação da Farmácia do PAM

Ampliação da estrutura física e da capacidade de atendimento da Farmácia do PAM, visando proporcionar melhores condições de atendimento aos usuários da rede municipal de saúde e atender à crescente demanda por medicamentos;

5.ASSUNTOS GERAIS:

Apresentação e acompanhamento das demandas e propostas discutidas pelo Conselho Municipal de Saúde de Araruama - CMS/AR junto à Prefeita Municipal e ao Secretário Municipal de Saúde, tendo como objetivo o fortalecimento da saúde pública e a melhoria e ampliação dos serviços oferecidos à população.

Entre os assuntos a serem acompanhados, destacam-se:

- Regularização da legislação que rege o Conselho Municipal de Saúde e adequação do Regimento Interno;
- Fortalecimento e aprimoramento do setor de Regulação;
- Ampliação da Farmácia do PAM;
- Construção do CAPS de São Vicente;
- Implantação do Hospital dos Olhos de São Vicente;
- Melhorias e investimentos no Posto de Saúde de Iguabinha;
- Ampliação da Clínica do Idoso;
- Disponibilização de ambulância para a localidade de Sobara;
- Projeto de implantação da nova UPA;
- Outros assuntos de interesse do Conselho Municipal de Saúde e da população.

Araruama, 11 de agosto de 2026.

Pedro Reimburg
Presidente do CMS/AR



Município de Araruama

Poder Executivo



AVISO DE REMARCAÇÃO DE LICITAÇÃO

PROCESSO Nº 11500/2026

MODALIDADE: Pregão Eletrônico nº 041/2026

OBJETO: **Registro de Preços para futura e eventual aquisição de instrumentos musicais, acessórios, equipamentos auxiliares, materiais de reposição e demais materiais complementares** destinados à manutenção, estruturação e desenvolvimento das bandas marciais das unidades escolares do Município de Araruama, bem como ao atendimento das atividades pedagógicas de formação musical, apresentações culturais, projetos socioeducativos e eventos institucionais.

DATA DE ABERTURA: 31/08/2026

Hora: 10h00min.

SECRETARIA REQUISITANTE: SEDUC

TIPO: MENOR PREÇO

LOCAL: Sistema de Compras do Licitanet – <https://licitanet.com.br/>

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Federal nº 14.133/2021,

bem como pelas demais normas aplicáveis à espécie e disposições do presente Edital.

O Edital detalhado encontra-se à disposição dos interessados no Portal da Transparência desta municipalidade: <https://transparencia.araruama.rj.gov.br/licitacoes/>, bem como na Comissão Permanente de Licitações localizada à Avenida John Kennedy, nº 120 – Centro – Araruama.

Araruama, 18 de agosto de 2026.

VALÉRIA CRISTINA TAVARES DO AMARAL
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

AVISO DE REMARCAÇÃO DE LICITAÇÃO

PROCESSO Nº 28780/2025

MODALIDADE: Pregão Eletrônico nº 038/2026

OBJETO: **contratação de pessoa jurídica especializada para a prestação de serviços médicos contínuos em oftalmologia**, estruturada sob o modelo de execução operacional e apoio tecnológico, visando à implementação da “Linha de Cuidado Oftalmológico” na Clínica de

Olhos de Araruama.

DATA DE ABERTURA: 03/09/2026

Hora: 10h00min.

SECRETARIA REQUISITANTE: SESAU

TIPO: MENOR PREÇO

LOCAL: Sistema de Compras do Licitanet – <https://licitanet.com.br/>

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Federal nº 14.133/2021, bem como pelas demais normas aplicáveis à espécie e disposições do presente Edital.

O Edital detalhado encontra-se à disposição dos interessados no Portal da Transparência desta municipalidade: <https://transparencia.araruama.rj.gov.br/licitacoes/>, bem como na Comissão Permanente de Licitações localizada à Avenida John Kennedy, nº 120 – Centro – Araruama.

Araruama, 18 de agosto de 2026.

MARIO JORGE ESPINHARA
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE

TSE lança campanha para estimular participação nas eleições 2026



O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) lançou nesta segunda-feira (17) a campanha Eleições 2026 – Coisa de Pele para estimular a participação do eleitor no pleito de outubro.

Durante o lançamento, o presidente do TSE, ministro Kassio Nunes Marques, afirmou que a campanha pretende

mostrar que o eleitor é quem deve ser o protagonista das eleições.

“A ideia central é mostrar que a democracia não é um conceito abstrato. Quando uma pessoa participa, se informa, quando respeita as diferenças e, sobretudo, quando

exerce livremente o direito de eleger seus representantes, temos a democracia em movimento, viva e concreta.”

O nome da campanha faz uma alusão ao clássico musical Coisa de Pele, do cantor Jorge Aragão. A campanha apresenta uma série de vídeos e spots de áudio

que apostam na diversidade racial e cultural do país para conscientizar o eleitor de que votar é importante.

Além disso, a campanha apresenta vídeos para esclarecer o eleitor sobre a ordem de votação, justificativa de voto e outras informações importantes sobre o processo

eleitoral.

“A música tem a capacidade extraordinária de aproximar as pessoas e nós queremos, com essa campanha, fazer o mesmo. Uma campanha próxima do eleitor, inclusiva e, acima de tudo, brasileira”, completou o ministro.

A série de vídeos já está disponível nos perfis do TSE nas redes sociais.

Eleições

O primeiro turno das eleições gerais será realizado no dia 4 de outubro, quando serão escolhidos deputados federais, estaduais, distritais, governadores, senadores e o presidente da República.

O segundo turno está marcado para o dia 25 e pode ocorrer na disputa para os cargos de governador e presidente.

Os eleitores voltarão às urnas se nenhum dos candidatos obtiver mais de 50% dos votos válidos, excluindo brancos e nulos, no primeiro turno.



GOVERNO DO ESTADO
RIO DE JANEIRO

1.536 VAGAS

NA FAETEC

Para **professores e**
especialistas em Educação

Semana Regenerativa 2026 em Praia Seca consolida dados e apresenta Relatório de Impacto Ambiental



Uma iniciativa comunitária e técnica coordenada pela Yaraê Consultoria e a DD Adventure mobilizou moradores, escolas e voluntários na preservação dos ecossistemas da APA da Massambaba, no último mês de junho.

O distrito de Praia Seca deu um passo significativo em direção ao fortalecimento do turismo consciente e da preservação ambiental na Região dos Lagos. A organização da Semana Regenerativa 2026 acaba de consolidar e divulgar o seu Relatório de Impacto oficial.

O documento traduz as ações práticas realizadas no território em indicadores

mensuráveis, demonstrando a viabilidade de iniciativas coletivas focadas na sustentabilidade.

Sob a coordenação metodológica da Yaraê — consultoria especializada em gestão e impacto positivo —, o evento reuniu moradores, empreendedores locais, estudantes e voluntários com o objetivo comum de integrar a comunidade à conservação da Área de Proteção Ambiental (APA) da Massambaba.

Indicadores e Resultados Práticos

O relatório técnico destaca ações diretas de zeladoria ambiental e engajamento social

distribuídas em três pilares principais:

- **Saneamento e Limpeza:** As equipes de voluntários recolheram e realizaram a triagem correta de 79,90 kg de resíduos sólidos nas margens de praias e lagoas da região. A ação impediu o avanço da poluição sobre os ecossistemas locais e o oceano.

- **Educação Ambiental:** Escolas da rede local receberam oficinas direcionadas e palestras educativas. As atividades focaram na importância da preservação da vegetação de restinga e na proteção das espécies de aves migratórias que utilizam a região como rota e abrigo.

- **Integração Comunitária e Bem-Estar:** O evento promoveu a conexão entre os moradores e o ecossistema por meio de atividades físicas integradas à natureza, incluindo remadas compartilhadas de canoa e práticas coletivas de yoga.

Metodologia Aplicada ao Desenvolvimento Local

De acordo com os organizadores, o sucesso da Semana Regenerativa 2026 residiu na aplicação de um Ciclo Regenerativo estruturado, que divide as ações entre diagnóstico do território, planejamento operacional, execução comunitária e monitoramento de resultados.

O processo visa a garantir que o impacto gerado não seja apenas pontual, mas que se desdobre em aprendizados permanentes para o comércio e o turismo da região.

Como Acessar

O documento completo com os gráficos, análises qualitativas e a metodologia detalhada da ação está disponível para consulta pública. Moradores e empresários interessados em conhecer os dados na íntegra podem acessar o arquivo digital através do endereço eletrônico oficial disponível na página da consultoria Yaraê no Instagram (@yarae.consultoria).

São Pedro da Aldeia realiza 4ª Caminhada pelo Fim da Violência contra a Mulher

A Prefeitura de São Pedro da Aldeia, por meio da Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos, realiza, no sábado (22/08), a 4ª Caminhada pelo Fim da Violência contra

a Mulher. A concentração será às 8h, na Praça Hermógenes Freire da Costa, na Praia do Centro. A iniciativa visa a fortalecer a rede de proteção e conscientizar a população sobre a im-

portância da prevenção e do enfrentamento à violência contra a mulher. O evento conta com o apoio da Secretaria Municipal de Turismo.

Como forma de reforçar a mensagem

de respeito e não violência, a população é convidada a participar da mobilização vestindo camisa branca ou lilás. A orientação é que cada participante leve sua própria garrafa de água

para garantir a hidratação durante o percurso.

Antes da caminhada, os participantes participarão de um aquecimento conduzido pelo Grupo Inspiradança, sob orientação da

professora Sandra Fernandes. Em seguida, a caminhada terá início na Praça Hermógenes Freire da Costa e seguirá pelas principais vias do Centro, com retorno ao ponto de partida.

FITA abre inscrições para espetáculos de Angra dos Reis

Angra dos Reis voltará a se transformar na capital nacional do teatro entre os dias 8 e 24 de outubro, quando será realizada a 18ª edição da Festa Internacional de Teatro de Angra dos Reis (FITA), considerado o maior evento de artes cênicas do Rio de Janeiro e um dos mais expressivos do país. A Prefeitura de Angra dos Reis apoia a realização da FITA, por

meio da Secretaria de Cultura e Patrimônio.

A organização do festival anunciou nesta semana a abertura das inscrições para a seleção de espetáculos produzidos por companhias, grupos e coletivos de Angra dos Reis. Podem participar tanto montagens já em cartaz quanto peças que ainda estejam em fase de ensaio.

As inscrições devem ser realizadas pelo e-mail curadoria@fita.art.br até o dia 25 de agosto. Os interessados devem enviar fotos, vídeos e um texto contendo a sinopse e outras informações sobre o espetáculo.

Sobre a FITA

Patrimônio imaterial de Angra dos Reis, a Festa Internacional de Teatro de Angra

dos Reis (FITA) é um dos mais importantes festivais de artes cênicas do Brasil. Realizado anualmente, o evento reúne nomes de destaque da cena teatral nacional e novas apostas do setor.

Além dos espetáculos, a FITA promove o Prêmio FITA, no qual júris especializado e popular elegem os destaques da temporada em diversas

categorias.

A 18ª FITA conta com o patrocínio da Prefeitura de Angra dos Reis, da Enel Distribuição Rio e do Governo do Estado do Rio de Janeiro, por meio da Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa, via Lei Estadual de Incentivo à Cultura, com parceria da Secretaria de Cultura e Patrimônio.